MANTENEDORA

FUNVIC – FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA VIDA CRISTÃ

MANTIDO

CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNVIC

RI – RELATO INSTITUCIONAL

UNIFUNVIC

PINDAMONHANGABA/SP

2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **2**

INTRODUÇÃO **3**

1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO E REGIÃO **4**

1.1 Perfil Institucional 4

1.2 Identificação da Mantenedora 4

1.3 Identificação da Instituição Mantida 5

1.4 Inserção Regional 6

1.5 Perfil Político-Social e Educacional da Região 6

1.6 Histórico da Instituição 13

2. AVALIAÇÕES EXTERNAS INSTITUCIONAIS E DE CURSOS **16**

2.1 Avaliações Institucionais - CI e IGC 17

2.2 Avaliações Externas Institucionais e de Cursos 17

3. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL **21**

3.1 Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional 21

3.2 Processo de Autoavaliação 25

3.2.1 Autoavaliação Institucional: Participação da Comunidade Acadêmica Institucional 28

3.2.2 Autoavaliação Institucional e Avaliações Externas: Análise e Divulgação dos Resultados 31

3.2.3 Relatórios de Autoavaliação 33

3.2.4 Resultados de Avaliações de Cursos 37

3.2.5 Recursos Tecnológicos e Processos Inovadores da Autoavaliação Institucional 37

4. PROCESSOS DE GESTÃO **38**

4.1 Processos de Gestão Institucional 41

4.2 Organização Administrativa 41

4.3 Implementação de Ações Efetivas na Gestão da IES 43

5. DEMONSTRAÇÃO DE EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL **43**

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS **48**

BIBLIOGRAFIA **50**

APRESENTAÇÃO

O presente documento foi elaborado com base nas diretrizes legais estabelecidas pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 62, de 09 de outubro de 2014. Seu principal objetivo é evidenciar a interação entre o planejamento institucional, as atividades acadêmicas desenvolvidas, e os resultados alcançados pela instituição. Este Relato Institucional (RI) tem a função de avaliar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Centro Universitário FUNVIC, apresentando uma síntese dos processos avaliativos internos e externos, bem como o planejamento das ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados dessas avaliações.

Diferente dos relatórios de autoavaliação institucional que seguem a estrutura dos 5 eixos que agrupam as 10 dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o Relato Institucional tem como propósito destacar como os processos de gestão institucional são desenvolvidos a partir do PDI e das avaliações internas e externas. Assim, o relato mostra a interação entre os objetivos e metas da instituição com os resultados das avaliações e as atividades acadêmico-administrativas, evidenciando as ações implementadas e as melhorias alcançadas.

O processo de avaliação é valorizado pela participação democrática de todos os segmentos da instituição, garantindo transparência, credibilidade e confiabilidade ao processo. A colaboração dos setores institucionais, acadêmicos e administrativos foi essencial para a elaboração do Relato Institucional, refletindo o compromisso de todos os níveis da organização.

No Centro Universitário FUNVIC, o desenvolvimento de planos e estratégias começa com a própria instituição e é observado nos resultados das avaliações externas, como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o Conceito Institucional (CI) e os Conceitos de Curso (CC). Esses resultados demonstram a qualidade do ensino, da organização didático-pedagógica, da infraestrutura e da gestão da instituição.

Alguns dos principais resultados alcançados incluem:

- Ampliação da infraestrutura física e tecnológica;
- Revisão contínua dos projetos pedagógicos dos cursos;
- Consolidação dos cursos presenciais e implantação de cursos na modalidade a istância;
- Participação nos programas governamentais (FIES e PROUNI);
- Ampliação tecnológica da Central do Estudante;
- Aumento dos recursos multimídias disponíveis para os docentes.

Essas e outras ações são destacadas no PDI (2023-2026) da instituição. Entende-se que, como parte do planejamento estratégico, o Relato Institucional deve ser consultado periodicamente, orientando a gestão dinâmica do UNIFUNVIC e sempre visando à sustentabilidade e à melhoria contínua da instituição.

INTRODUÇÃO

A avaliação institucional desempenha um papel fundamental no acompanhamento contínuo das atividades e na análise das mudanças necessárias para cumprir a missão das instituições de educação superior. Suas principais funções incluem:

- Produzir informações essenciais para o entendimento das atividades da instituição.
- Questionar e refletir sobre as finalidades e os processos institucionais.
- Identificar problemas e deficiências, propondo soluções eficazes.
- Aumentar a consciência pedagógica e a capacitação do corpo docente e técnico-administrativo.
- Fortalecer a cooperação entre os diversos atores institucionais.
- Melhorar a relação entre a instituição e a comunidade, garantindo a relevância científica e social de suas atividades.
- Prestar contas à sociedade, assegurando transparência e responsabilidade.

Esse processo contínuo e permanente de autoconhecimento e reflexão visa aprimorar a qualidade do ensino, da iniciação científica, da extensão, e da gestão administrativa. Serve como diagnóstico para o planejamento e revisão de práticas, permitindo que a instituição avalie o grau de cumprimento de seus objetivos.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, busca melhorar a qualidade da educação superior e expandir sua oferta. A avaliação, sob a responsabilidade da Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) do INEP e com a orientação da CONAES, ocorre em três níveis: avaliação de instituições, cursos e desempenho dos estudantes.

O novo instrumento de avaliação institucional, que introduz o Relato Institucional, integra as ações de avaliação interna e externa à gestão das IES. Este relato serve não apenas como guia para as ações acadêmicas, mas também fomenta a reflexão contínua sobre os processos institucionais, permitindo ajustes necessários ao longo do tempo.

Essa abordagem assegura que a instituição permaneça alinhada com sua missão e capaz de responder aos desafios dinâmicos da educação superior.

1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO E REGIÃO

O Centro Universitário FUNVIC, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, busca, por meio da educação, formar indivíduos com conhecimento sólido e princípios cristãos. A ênfase da instituição está na formação integral do ser humano, capacitando-o como agente transformador da sociedade e como profissional competente, capaz de se destacar no mercado de trabalho. O objetivo é formar cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária. Alinhado à sua missão, o Centro Universitário FUNVIC tem como propósito oferecer uma formação de qualidade, comprometida com a transformação social na região de atuação, e capacitar profissionais para fazerem a diferença tanto no contexto nacional quanto internacional.

1.1 Perfil Institucional

A **Missão Institucional** do Centro Universitário FUNVIC consiste em:

"Educar e formar com conhecimento e princípios cristãos".

Com base nessa missão, a instituição busca integrar ensino, pesquisa e extensão às demandas institucionais e sociais. A IES promove uma prática acadêmica que contribui para o desenvolvimento da consciência social e política, além de fomentar a democratização do conhecimento acadêmico através da articulação e integração com a sociedade.

O Centro Universitário FUNVIC tem como **Visão Institucional**:

"Vidas e sociedades transformadas por cristãos ricos no conhecimento".

Adicionalmente, o Centro Universitário FUNVIC adota uma **Filosofia Educacional Cristã**, que orienta todas as suas atividades, enfatizando a formação do ser humano como um agente transformador na sociedade, fundamentado em valores cristãos e excelência acadêmica.

1.2 Identificação da Mantenedora

No Quadro 1 é apresentada a identificação da Mantenedora da FUNVIC - Fundação Universitária Vida Cristã.

Quadro 1– Identificação da Mantenedora

Nome: FUNVIC - Fundação Universitária Vida Cristã		
Presidente: Luís Otávio Palhari		
Vice-Presidente: Juliano Palhari		
CNPJ: 07.761.666/0001-01		
End.: Estrada Radialista Percy Lacerda, nº. 1000 - Km 99 SP/RJ – Pinhão do Borba		
Cidade: Pindamonhangaba	**UF**: SP	**CEP**: 12412-825
Fone: (12) 3648-8324	**Fax**: (12) 3648-8323	
E-mail: presidencia@funvic.org.br		

1.3 Identificação da Instituição Mantida

No Quadro 2 é apresentada a identificação da Instituição Mantida.

Quadro 2– Identificação da Instituição de Ensino Mantida

Nome: CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNVIC - UNIFUNVIC		
Reitor: Luís Otávio Palhari		
Vice-Reitor: Juliano Palhari		
Chanceler: Aguinaldo Palhari		
CNPJ: 07.761.666/0001-01		
End.: Estrada Radialista Percy Lacerda, nº 1000 - Km 99 SP/RJ – Pinhão do Borba		
Cidade: Pindamonhangaba	**UF**: SP	**CEP**: 12412-825
Fone: (12) 3648-8323	**Fax**: (12) 3648-8323	
E-mails: reitor@unifunvic.edu.br; vicereitor@unifunvic.edu.br		

Atos de Credenciameno e Recredenciamento da IES:

- Dados do Credenciamento desta IES: Portaria MEC nº 1.855, de 26 de junho de 2002, publicada no D.O.U. de 27 de junho de 2002.
- Dados do Recredenciamento desta IES: Portaria MEC nº 516, de 12 de junho de 2013, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2013.
- Dados de Renovação de Recredenciamento desta IES: Portaria MEC nº 790, de 16 de agosto de 2018, publicada no D.O.U. de 17 de agosto de 2018.
- Dados do Credenciamento Centro Universitário: Portaria nº 1.270, de 04/07/2019, publicada no D.O.U. nº 128, seção 1, pág. 59, de 05/07/2019.
- Dados do Credenciamento EaD Portaria nº 1.450 de 09/08/2019, publicada no D.O.U. nº 154, seção 1, pág. 32, de 12/08/2019.

1.4 Inserção Regional

O Centro Universitário FUNVIC - UNIFUNVIC está localizado às margens da Rodovia Presidente Eurico Gaspar Dutra, Km 99, Pinhão do Borba – Pindamonhangaba /SP (Estrada Radialista Percy Lacerda, nº 1000), no eixo socioeconômico mais importante da América Latina, entre São Paulo e Rio de Janeiro. Localiza-se a 147 km da capital, pela Rodovia Dutra, a 282 km da cidade do Rio de Janeiro, a 43 km de Campos de Jordão, 108 km de Ubatuba (Litoral Norte do Estado de São Paulo) e está a cerca de 1 hora do Sul do Estado de Minas Gerais.

1.5 Perfil Político-Social e Educacional da Região

Em nove de janeiro de 2012, Geraldo Alckmin, como governador do estado de São Paulo, sancionou em Campos do Jordão, no Palácio Boa Vista, a Lei Complementar nº 1.166, criando a "Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte" (RMVPLN), carinhosamente chamada de "RM Vale".

Nasce assim a 10ª região metropolitana do País, constituída por 39 municípios (Figura 1), com vocação tecnológica e destacada característica industrial, com uma população com cerca de 2,3 milhões de habitantes (IBGE, 2010), 5,5% do total do Estado de São Paulo, e com uma densidade demográfica de 140 hab./km^2.

Figura 1- Municípios da RM Vale - 10ª Região Metropolitana do País

Privilegiadamente situada entre o eixo São Paulo e Rio de Janeiro, dois polos de grande destaque nacional, possui importante e forte diversidade econômica, concentrando cerca de 55,6 bilhões de reais de PIB, 5,13% do PIB estadual e 1,72% do PIB nacional (IBGE, 2010).

A RM Vale apresenta uma produção industrial de alto valor agregado, principalmente, nos setores automobilístico, aeronáutica, aeroespacial, bélico, portuárias, farmacêuticas e petroleiras. É também o segundo maior produtor de leite do País e possui importante participação na produção agrícola do Estado, principalmente no cultivo de arroz.

É fundamental salientar que a região abriga algumas das principais e mais importantes reservas de recursos hídricos e biodiversidade da Região Sudeste do Brasil e ainda possui a relevante função de preservação ambiental, com aproximadamente 36% de seu território protegido por 24 Unidades de Conservação.

Além de possuir destaque e forte potencial para o turismo ecológico e de contemplação da natureza, gerando inúmeras oportunidades de emprego e de investimentos, devido principalmente às belas e importantes reservas naturais, como as Serras da Mantiqueira, da Bocaina e do Mar e pelas fazendas de inestimáveis valores histórico e arquitetônico.

Com forte vocação para o desenvolvimento científico e tecnológico, abriga importantes polos neste setor: o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o Parque Tecnológico. Também conta com um número significativo de instituições públicas de ensino superior localizadas em São José dos Campos (ITA, UNESP e UNIFESP), em Guaratinguetá (UNESP), em Lorena (USP) e em São Sebastião (CEBIMAR/USP). Possui também unidades da FATEC localizadas nas cidades de Cruzeiro, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, Jacareí, São José dos Campos e São Sebastião. Promovendo cursos nas grandes áreas das engenharias (mecânica, aeronáutica, elétrica, eletrônica, química e civil) e nas áreas biológicas; além de cursos tecnólogos em diversas áreas.

Na RM Vale, na qual está localizada a IES, verificou-se em pesquisas de campo um déficit considerável na área do ensino superior. Segundo dados do IBGE, enquanto no Estado de São Paulo a média é de uma vaga disponível para 427 pessoas, em nossa região específica, a média encontrada foi de uma vaga para 734 pessoas, bem acima da média.

O forte e crescente desenvolvimento econômico, cultural, artístico, industrial, científico e tecnológico da RM Vale se deve, principalmente, pela facilidade de comunicação gerada pela Rodovia Presidente Eurico Gaspar Dutra, importante interligação entre os 39 municípios integrantes da RM Vale e da mesma com os grandes centros do País. Na RM Vale três cidades tem se destacado fortemente, por apresentarem maiores PIB e população, com atividades econômicas, industriais e tecnológicas bastante diversificadas e também atividades turísticas. Na Figura 2 é apresentado um mapa das cidades da região, salientando suas principais rodovias e os estados em que faz divisas.

Entretanto, a região enfrenta e deverá unir esforços para superar significativos e crescentes desafios, principalmente aos relacionados com as questões demográficas e ambientais.

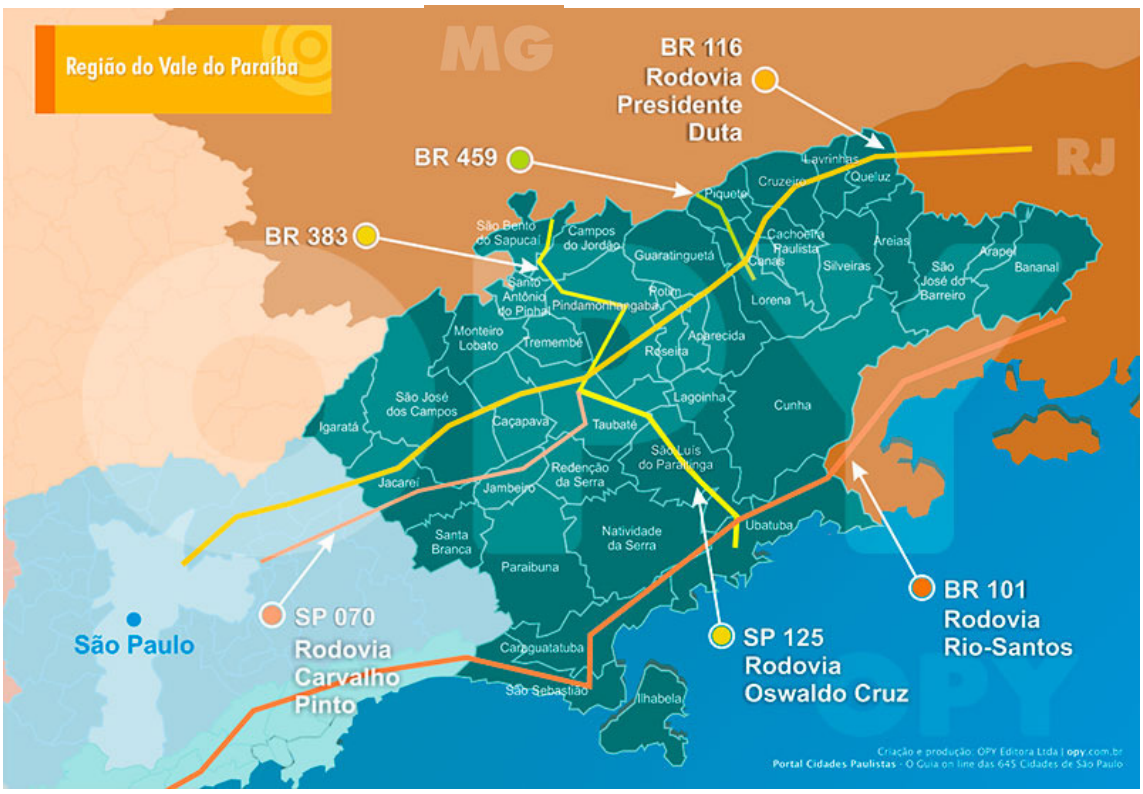

Figura 2- Mapa das cidades da RM Vale, suas principais rodovias e os estados vizinhos.

Nos últimos 10 anos, a região está experimentando forte taxa de crescimento decorrente de investimentos na infraestrutura necessária para a exploração do petróleo e do gás natural no Polo Pré-Sal nos municípios de Caraguatatuba, Jambeiro, Paraibuna, Jacareí, São José dos Campos e Taubaté; além de modernização e ampliação do Porto de São Sebastião e da infraestrutura de transporte viário na região.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

É sede da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, localizando-se a leste da capital do estado, distando desta cerca de 100 km. Ocupa uma área de 1.099,6 km², sendo que 353,9 km² estão em perímetro urbano e os 745,7 km² restantes constituem a zona rural, em 2010 sua população foi determinada pelo IBGE em 629.921 habitantes (estimada em 713.943 habitantes para 2018).

Está localizada estrategicamente entre São Paulo (97 km) e Rio de Janeiro (343 km), ligada por modernas rodovias, por um aeroporto, bem próxima da região praiana, da região serrana e de outros destinos turísticos do vale.

Assim, é a principal cidade da RM Vale que une cultura, tradição e tecnologia, a mais desenvolvida industrialmente e tecnologicamente contando com o maior número de habitantes. No núcleo urbano estão localizados institutos federais de pesquisa científica, empresas de tecnologia de ponta, prédios de arquitetura arrojada, universidades, faculdades e centros de formação de mão de obra qualificada. Por outro lado, a zona rural concentra quase 70% do território do município, boa parte em áreas de proteção ambiental. Conta com uma área de proteção ambiental de 52,36% do território.

São José dos Campos constitui também o mais importante polo aeronáutico e aeroespacial da América Latina. A população também preserva a cultura local, influenciada pela história dos bandeirantes, que traçaram pela região os caminhos rumo ao ouro das Minas Gerais, e dos tropeiros que vinham do sul do estado vizinho. Hospitaleira, a cidade recebe bem os migrantes de todas as partes, muitos dos quais participam do crescimento local.

O seu Produto Interno Bruto (PIB) é o maior da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (24.117,14 milhões de reais em 2010), o sétimo maior do estado de São Paulo e o 19º de todo o país. Segundo o Cadastro Central de Empresas, em 2003 tinha 1.171 indústrias instaladas em seu território.

TAUBATÉ

Sede da 2ª sub-região da RM Vale e distante cerca de 40 Km de São José dos Campos e a 130 km da capital do estado, São Paulo, conta com uma área territorial de 625,9 km² com uma população de 278.686 habitantes (IBGE 2010, estimada em 311.854 habitantes para 2018), ocupando a décima posição dentre os municípios mais populosos do interior de São Paulo e sendo o 23º mais populoso município do Estado.

Localizada também estrategicamente às margens da Rodovia Presidente Dutra com acesso direto a Rodovia Carvalho Pinto e com fácil acesso à Rodovia Fernão Dias, o parque industrial de Taubaté está próximo de grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, com os portos de São Sebastião e de Santos e com uma ampla estrutura interna.

O município de Taubaté foi apontado pela "Revista Veja" (agosto/2010) como um dos 20 municípios brasileiros de porte médio que estão preparados para se transformar em "metrópoles do futuro". A reportagem analisou da situação econômica de todos os 233 municípios médios do Brasil (aqueles que possuem mais de 100 mil e menos de 500 mil habitantes). A revista destaca que o município possui "uma economia que se expande aceleradamente" e que, nos últimos cinco anos, "o comércio de Taubaté cresceu 75% e o setor de serviços como um todo engordou 31%". Ainda, a revista salienta que *"Taubaté é uma prova de que pode não haver perdedores no "conflito" entre industrialização e qualidade de vida"*.

Fonte: Vale News em entrevista com a Assessoria da Prefeitura de Taubaté. (http://valenews.com.br/geral/9823-revista-veja-destaca-taubate-como-metropole-do-futuro.html#ixzz2ng3TFFkd)

O produto interno bruto "per capita" do município em 2010 foi de R$ 35.083.20,7 e PIB de 9,78 bilhões de reais (IBGE, 2010).

PINDAMONHANGABA

Neste cenário, a cidade de Pindamonhangaba, integrante da RM Vale, 2ª Sub-região, além de sua posição geográfica próxima a São José e Taubaté, também se destaca por possuir economia diversificada e dinâmica com predominância no setor agropecuário e de serviços, além de importantes indústrias no setor farmacêutico, químico, de alumínio e de aço, além de estar próxima a importantes estâncias climáticas (Campos do Jordão, Santo Antônio do Pinhal e São Bento do Sapucaí) e de cidades promotoras do ecoturismo (Tremembé e São Luiz do Paraitinga), fazendo parte do Circuito Turístico da Mantiqueira.

A cidade situa-se na região central do Vale, a leste do Estado de São Paulo, com uma população aproximada dos 150.000 habitantes (IBGE/2010) e área 729,885 Km^2, tendo ao norte a Serra da Mantiqueira e ao sul a Serra do Quebra Cangalha, contraforte da Serra do Mar. É cortada pela importante Rodovia Presidente Dutra, que liga as cidades de São Paulo e

Rio de Janeiro, distando de cada uma delas 140 km e 260 km, respectivamente. Está a cerca de 50 Km de São José dos Campos e a 12 Km de Taubaté.

Nos últimos anos, o Sistema FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e o CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, tem anunciado investimentos na região do Vale do Paraíba. Uma das cidades que recebeu estes benefícios foi Pindamonhangaba.

O município terá a construção do Centro Integrado do SESI, Serviço Social da Indústria, que abrangerá um centro esportivo e escolar e que terá a capacidade de atender cerca de mil alunos, seguindo os padrões do sistema Fiesp/Sesi. Neste local, os alunos poderão ter aulas o dia todo, com foco na formação social e escolar do profissional a ser inserido no mercado de trabalho.

A cidade apresenta um polo industrial muito importante na região, contando com indústrias de grande importância nacional e internacional como Aromax, Confab Equipamentos, Tenaris Confab, EXALL, Gerdau, GV do Brasil (em implantação), Latasa, Lyondell Basell Poliolefinas, Novelis, Pisani Plásticos, Total Lubrificantes Plascar, Zodiac Farmacêutica, dentre outras. Para o Instituto o Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – 2011), Pindamonhangaba foi considerada um dos destaques da pesquisa feita no período.

> *O material publicado, no site oficial do órgão, é referente ao Produto Interno Bruto (PIB) e a "Princesa do Norte" obteve êxito entre os mais de milhares de municípios do Brasil. A pesquisa revela dados de 2009. Pindamonhangaba registrou PIB de 4,4 bilhões e per capita de R$ 28.851,00. Considerando a tabela referente à posição ocupada pelos 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto da indústria e participações percentuais relativas e acumuladas Pindamonhangaba ficou classificada em 65º lugar, à frente de grandes cidades do Estado de São Paulo.*

Com base nos dados colhidos na época, a Cidade de Pindamonhangaba é uma próspera cidade de porte médio do interior de São Paulo, em amplo desenvolvimento de crescimento econômico em torno de 10% ao ano, tendo os seguintes destaques:

- 3ª PIB da Região do Vale do Paraíba;
- 1ª renda per capita da região;
- Título de Capital da Reciclagem da América Latina;
- Prêmio Cidade Empreendedora do Estado de São Paulo;
- Três prêmios ecológicos (nacionais e internacionais);
- 95% do esgoto coletado e 100% tratado – não polui o rio Paraíba;

- Água 100% tratada;
- Primeira cidade da região em PSF, quinta do Estado de São Paulo e trigésima sétima do País;
- 97% asfaltada;
- Polo industrial diversificado adequando-se aos padrões de proteção ambiental e destaque em esportes e turismo ecológicos.

O forte e crescente desenvolvimento econômico, cultural, artístico, industrial, científico e tecnológico da RM Vale se deve, principalmente, pela facilidade de comunicação gerada pela Rodovia Presidente Eurico Gaspar Dutra; constituindo importante interligação entre os 39 municípios integrantes da RM Vale e da mesma com os grandes centros do País.

Somando a isso, a cidade abriga O Centro Universitário FUNVIC - UNIFUNVIC mantido pela Fundação Universitária Vida Cristã (FUNVIC), cujos alunos, como demonstram os registros acadêmicos, são provenientes do município de Pindamonhangaba e das mais variadas regiões do RM Vale e, em alguns casos, de outros estados brasileiros.

A Instituição vem ao longo dos anos evoluindo tanto em sua infraestrutura física como também na implantação de novos cursos, visando atender às novas demandas tecnológicas da sociedade e do mercado de trabalho. Mais especificamente, em atender as necessidades atuais do mercado industrial e tecnológico da recém-criada RMVPLN.

A realidade regional demonstra que a maioria da população do Estado de São Paulo passou por escolas públicas de ensino fundamental e defende a recuperação do papel e da dignidade dessas instituições de ensino. No esforço empreendido no país pelo seu desenvolvimento tecnológico, entretanto, é preciso contar também com as instituições particulares comprometidas com as comunidades que a contextualizam para, com a efetiva qualidade de ensino, contribuir, de maneira complementar a estrutura pública, com ações que atendam aos reais interesses dessas comunidades, pela troca de experiências entre docentes e seus cidadãos, fazendo com que, a partir dessa força sinérgica, as próprias pessoas tornem-se sujeitos ativos de sua inclusão social.

A Reitoria, coordenadores e docentes dos diversos cursos de graduação dessa IES são professores experientes, no contato diário com alunos, representantes das diversas comunidades que constituem a população ativa das cidades do Vale do Paraíba, são cultivados os valores cristãos da sociedade brasileira vivamente presentes em nosso cotidiano.

> *Cabe às instituições de ensino superior (incluindo seus professores e alunos) "contribuir para que a educação superior reforce seu papel de serviço extensivo à sociedade, especialmente em atividades voltadas para a eliminação da pobreza, intolerância, violência, analfabetismo, fome, deterioração do meio ambiente e enfermidades"* (UNESCO 1998: 18-34).

O UNIFUNVIC, além de sua missão educadora de formação profissional, desenvolve diversos projetos e programas como parte de sua responsabilidade social como entidade de educação superior. Ele cumpre seu papel como interventor social, por meio de programas de orientação, educação, para o desenvolvimento dos diversos segmentos de nossa sociedade, em áreas como saúde, desenvolvimento humano, social, político, econômico, tecnológico e ambiental.

1.6 Histórico da Instituição

O nascimento da Faculdade de Pindamonhangaba fundamentou-se em uma forte inspiração Divina, implantada no coração do professor Luís Otávio Palhari. O desejo de resgatar a qualidade do ensino superior na cidade e região, fundamentada em princípios cristãos, contidos na Palavra de Deus, Bíblia Sagrada. Todos os trabalhos, pesquisas e implantação seguiram as orientações do seu fundador.

No ano de 1997, o Prof. Dr. Luís Otávio Palhari movido por um sonho de construir uma instituição de ensino baseada em princípios cristãos, valores humanos, nobres e de ética moral; uma educação sustentada na visão global, sistêmica, agregada a preservação do meio ambiente e ao exercício da cidadania, reuniu-se com Autoridades Locais e Estaduais, para apresentar o projeto de construção da Faculdade de Pindamonhangaba. Após a análise do projeto, o Poder Público mostrou interesse em apoiar esta iniciativa. Seguindo os trâmites legais, o projeto obteve o apoio do Executivo Municipal, como também do Poder Legislativo da cidade, obtendo aprovação por meio de voto popular.

Após as referidas aprovações dos setores da sociedade local e atendendo a um clamor da população de Pindamonhangaba, foi necessária a criação da sociedade mantenedora, para tanto, fundou-se a SOPEC – Sociedade Pindamonhangabense, Educação e Cultura com o firme propósito de resgatar a História da Educação Superior de Qualidade, na cidade de Pindamonhangaba e implantar uma Instituição de Ensino com "Um Novo Conceito em Educação".

Após a construção da sua primeira Unidade, composta por salas de aulas, laboratórios, Biblioteca Central e o Setor Administrativo; recebeu a visita da Comissão de Avaliadores do MEC, os quais relataram favoráveis à implantação da Faculdade de

Pindamonhangaba, sendo aprovada pela Portaria Ministerial de N° 1.855, de 26 de junho de 2002, e publicada no Diário Oficial da União, em 27 de junho de 2002 e teve seu recredenciamento pela portaria Ministerial nº 516, de 12/06/2013 publicada no D. O. U. em 13/06/2013.

Em novembro de 2002 realizou o seu primeiro Processo Seletivo e começou a funcionar no início do ano letivo de 2003, com os Cursos de Graduação em Farmácia, Odontologia e Pedagogia. Em 2004 foram aprovados novos Cursos de Graduação, sendo: Administração, Fisioterapia e Sistema de Informação.

A partir de sua abertura a Faculdade de Pindamonhangaba, também conhecida como FAPI, vem crescendo e se destacando na região, nacional e internacionalmente.

Em 2005, deu-se início ao trabalho de perpetuação do projeto institucional educacional, através da criação da Fundação Vida Cristã, e posteriormente transformou-se em: Fundação Universitária Vida Cristã, conhecida como FUNVIC, fundação educacional sem fins lucrativos, a qual em 2008 assumiu como mantenedora à Faculdade de Pindamonhangaba. Desde a sua criação, a Faculdade de Pindamonhangaba tem sido administrada pelo prof. Luís Otávio Palhari, juntamente com a Família "Palhari".

As avaliações institucionais internas e externas têm contribuído ao longo dos anos para um crescimento e desenvolvimento sustentável da instituição.

As avaliações institucionais internas promovidas anualmente pela CPA – Comissão Permanente de Avaliação, trabalhado em conjunto com mantenedora e mantida, promovem subsídios necessários para melhorias significativas crescentes, principalmente entre os períodos de hiato, da avaliação institucional externa.

Os resultados desencadeiam um trabalho conjunto entre Presidência da Mantenedora, Direção da IES, e seus Colegiados, como as Coordenações de cursos, NDEs, Colegiados de Cursos, para promover de forma rápida o acompanhamento e a evolução da IES na maior parte de sua história, tendo como referência a autoavaliação institucional, feita anualmente. A partir da análise e comparação com o PDI, PPI e PPCs, com os relatórios resultantes da autoavaliação, tem sido possível identificar o grau de evolução institucional deste que o instrumento foi implantado na IES. Os parâmetros de avaliação levam em conta a implementação e o grau de conhecimento da comunidade acadêmica dos respectivos documentos.

De modo geral, são várias, consistentes e significativas as melhorias que têm ocorrido ao longo desse tempo. Entre elas, destacam-se: a ampliação das instalações, acessibilidade, a criação de laboratórios multidisciplinares, ampliação do espaço físico e acervo da Biblioteca,

suporte didático-pedagógico, melhorias das salas de aula, adequação dos espaços de prestação de serviços à comunidade acadêmica. As melhorias feitas partem da análise criteriosa das fragilidades e potencialidades apontadas pelos relatórios.

As avaliações institucionais externas realizadas pelas comissões de avaliadores dos órgãos regulatórios contribuem com outros dados e parâmetros, para melhorar a qualidade de ensino e prestação de serviços a comunidade local, regional e nacional.

Atualmente conta com 40 Cursos de Graduação presenciais e em EaD e vários outros Cursos de Extensão e Pós-Graduação.

Desde a sua criação, o Centro Universitário FUNVIC tem sido administrado pelo prof. Luís Otávio Palhari, juntamente com a Família "Palhari", contando com uma equipe administrativa competente e um corpo docente altamente qualificado.

Uma instituição de princípios humanos e cristãos e sempre visando a excelência, ao longo de sua trajetória, a FUNVIC – Faculdade de Pindamonhangaba tem ao longo dos anos se dedicando intensamente para cumprir com seus objetivos, oferecendo qualidade no ensino superior com infraestrutura moderna e completa aos seus alunos. Esta dedicação recentemente foi reconhecida com a avaliação realizada pelo MEC: esta IES foi credenciada pela portaria nº. 1.270, de 04/07/2019, D.O.U. nº 128, seção 1, pág. 59, de 05/07/2019 para **Centro Universitário FUNVIC - UNIFUNVIC**, por transformação da FUNVIC – Faculdade de Pindamonhangaba. Ainda, foi credenciada pela portaria nº. 1.450, de 09/08/2019, D.O.U. nº 154, seção 1, pág. 32, de 12/08/2019 para a oferta de cursos superiores na Modalidade a Distância (EaD).

Nos quadros 3 e 4 são apresentados os cursos oferecidos atualmente pela IES (presenciais e EaD) nas áreas de Exatas e Ciências Humanas.

Quadro 3- Cursos Presenciais Oferecidos pela IES nas áreas de Exatas, Ciências Humanas e Ciências Biológicas

Ciências Exatas	Engenharia de Computação Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Produção
Ciências Humanas	Administração Pedagogia (Licenciatura) Teologia

Ciências Biológicas	Biomedicina Educação Física (Bacharelado) Educação Física (Licenciatura) Enfermagem Farmácia Fisioterapia Nutrição Odontologia

Quadro 4- Cursos Autorizados em EaD Oferecidos pela IES nas áreas de Exatas e Ciências Humanas.

Ciências Exatas	Engenharia de Computação Tecnologia em Automação Industrial
Ciências Humanas	Administração Pedagogia - Licenciatura Teologia

2. AVALIAÇÕES EXTERNAS INSTITUCIONAIS E DE CURSOS

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861 de 2004, tem como um de seus principais objetivos a melhoria da qualidade da educação superior e a ampliação da sua oferta. De acordo com o SINAES, a avaliação da educação superior é realizada por meio da avaliação das Instituições de Educação Superior (IES), dos cursos oferecidos e do desempenho dos estudantes.

A avaliação institucional é um processo essencial pelo qual a instituição não só se conhece profundamente, mas também se apresenta à sociedade, consolidando-se como uma instituição de ensino superior de excelência. Os dados e informações gerados durante esse processo são analisados e utilizados pelos diversos atores institucionais, resultando no planejamento e na execução de ações voltadas para a melhoria contínua das atividades acadêmicas e da gestão da instituição.

Nesta seção, é feito um diagnóstico detalhado sobre a IES, com base nas avaliações externas recebidas, destacando tanto os avanços quanto os desafios que ainda precisam ser enfrentados. O relatório também evidencia o progresso alcançado em relação às metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), levando em consideração o perfil e a identidade da instituição.

Essa análise permite uma visão clara do que foi atingido até o momento e do que ainda precisa ser aprimorado, sempre com o foco na melhoria da qualidade educacional e na adequação da instituição às demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

2.1 Avaliações Institucionais - CI e IGC

Ao longo de sua trajetória, o UNIFUNVIC passou por processos de avaliação institucional, obtendo conceitos de excelência nas avaliações "in loco" de credenciamento tanto no Centro Universitário, quanto da Educação a Distância (EaD), com notas 4 e 4 em uma escala de 1 a 5. Atualmente, o Conceito Institucional (CI) da modalidade presencial é 3, enquanto o CI da modalidade EaD alcançou a nota máxima, 4.

Nos processos de Credenciamento e Recredenciamento, a instituição é avaliada com base nos cinco eixos do instrumento de avaliação do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), que são:

- **Eixo 1:** Planejamento e Avaliação Institucional
- **Eixo 2:** Desenvolvimento Institucional
- **Eixo 3:** Políticas Acadêmicas
- **Eixo 4:** Políticas de Gestão
- **Eixo 5:** Infraestrutura

O Centro Universitário FUNVIC protocolou no e-MEC (Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC) o processo para o recredenciamento da do Centro Universitário, que atualmente está em tramitação, aguardando a fase da avaliação in loco.

Essa trajetória de avaliações positivas reflete o compromisso do Centro Universitário FUNVIC com a qualidade educacional e a constante busca por melhorias em todos os aspectos de sua atuação institucional.

2.2 Avaliações Externas Institucionais e de Cursos

A seguir são apresentadas algumas Tabelas com os resultados de Avaliações Externas Institucicionais e de Cursos.

Tabela 1- Resultados de Avaliações Institucionais Externas

Ano	CI Conceito Institucional	IGC Índice Geral de Curso
2004	n/a	n/a
2005	n/a	n/a
2006	n/a	n/a
2007	3	3

2008	3	3
2009	3	3
2010	3	3
2011	3	3
2012	3	3
2013	3	3
2014	3	3
2015	3	3
2016	4	3
2017	4	3
2018	4	3
2019	4	3
2020	4	3
2021	4	3
2022	4	3

n/a IES não foi avaliada

Tabela 2- Resultados de Avaliações do Curso de Farmácia

Ano	ENADE	CC	CPC
2004	SC	SC	SC
2007	2	3	3
2010	2	3	3
2013	3	3	3
2016	3	3	3
2019	3	3	3

Tabela 3- Resultados de Avaliações do Curso de Fisioterapia

Ano	ENADE	CC	CPC
2004	SC	SC	SC
2007	3	3	3
2010	3	4	4
2013	4	5	4
2016	4	5	4
2019	3	4	3

Tabela 4- Resultados de Avaliações do Curso de Biomedicina

Ano	ENADE	CC	CPC
2020	SC	SC	SC
2024	SC	3	SC

Tabela 5- Resultados de Avaliações do Curso de Biomedicina

Ano	ENADE	CC	CPC
2020	SC	SC	SC
2024	SC	4	SC

Tabela 6- Resultados de Avaliações do Curso de Odontologia

Ano	ENADE	CC	CPC
2004	SC	SC	SC
2007	3	3	3
2010	2	2	3

2013	3	3	3
2016	2	3	3
2019	3	3	3

Tabela 7- Resultados de Avaliações do Curso de Pedagogia Licenciatura (presencial)

Ano	ENADE	CC	CPC
2005	SC	SC	SC
2008	3	3	3
2011	4	3	4
2014	4	3	4
2017	3	4	3
2021	3	4	3

Tabela 8- Resultados de Avaliações do Curso de `Pedagogia (EaD)

Ano	ENADE	CC	CPC
2021	SC	SC	SC
2024	SC	5	SC

Tabela 9- Resultados de Avaliações do Curso de Educ. Física Licenciatura

Ano	ENADE	CC	CPC
2008	SC	SC	SC
2011	3	3	3
2014	4	4	3
2017	4	3	3
2021	2	3	3

Tabela 10- Resultados de Avaliações do Curso de Educ. Física Bacharel

Ano	ENADE	CC	CPC
2010	SC	SC	4
2013	SC	SC	4
2016	3	4	3
2019	2	4	2
2021	2	4	2

Tabela 11- Resultados de Avaliações do Curso de Administração (presencial)

Ano	ENADE	CPC	CC
2006	SC	SC	SC
2009	3	-	3
2012	2	2	4
2015	3	3	3
2018	4	4	4
2022	3	4	3

Tabela 12- Resultados de Avaliações do Curso de Administração (EaD)

Ano	ENADE	CPC	CC
2020	SC	SC	SC
2022	SC	SC	SC
2023	SC	SC	4

Tabela 13- Resultados de Avaliações do Curso de Enfermagem

Ano	ENADE	CPC	CC
2010	-	-	4
2013	SC	-	4
2016	3	4	4
2019	2	3	4

Tabela 14- Resultados de Avaliações do Curso de Engenharia de Produção

Ano	ENADE	CPC	CC
2011	SC	-	-
2014	SC	SC	3
2017	3	3	3
2019	3	3	3

Tabela 16- Resultados de Avaliações do Curso de Teologia (Presencial)

Ano	ENADE	CPC	CC
2015	SC	NC	4
2018	3	3	4
2022	2	2	4

Tabela 17- Resultados de Avaliações do Curso de Teologia (EaD)

Ano	ENADE	CPC	CC
2022	SC	SC	SC

Tabela 18- Resultados de Avaliações do Curso de Nutrição

Ano	ENADE	CPC	CC
2016	SC	NC	3
2019	3	3	3
2023	-.-	3	4

Tabela 19- Resultados de Avaliações do Curso de Engenharia de Computação (presencial)

Ano	ENADE	CPC	CC
2014	SC	NC	4
2023	SC	SC	4

Tabela 20- Resultados de Avaliações do Curso de Engenharia de Computação (EaD)

Ano	ENADE	CPC	CC
2020	SC	NC	SC
2023	SC	SC	SC

3. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

3.1 Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional

A IES localiza-se na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo e tem como Mantenedora a FUNVIC – Fundação Universitária Vida Crista.

A instituição foi fundamentada perante uma pesquisa realizada sobre a história do ensino superior sobre a primeira Faculdade de Pindamonhangaba que ofertava os cursos de "Farmácia e Odontologia". A mesma foi fundada de acordo com lei municipal, em 1º de outubro de 1913. Além do resgate do passado, foram também pesquisadas as condições de mercado de trabalho e de Projetos Políticos e Pedagógicos vigentes e ofertados por instituições de ensino superior na região na década de 90.

No ano de 1997, obedecendo aos princípios originários na formação da Instituição, foi dado o início à estruturação de ensino baseada em fundamentos cristãos; na excelência dos valores humanos éticos e morais; numa educação que compreendesse o ser humano integral; no exercício da cidadania; no enriquecimento cultural; no desenvolvimento socioeconômico sustentável, sistêmico e que agregasse valores à cultura e à preservação do meio ambiente e sua utilização sustentável e o firme propósito de garantir um ensino e uma educação superior de qualidade para seus ingressos. O aceite por setores da sociedade, pelo atendimento às necessidades urgentes da população, foi imediato com a resposta concreta manifestada na grande procura por cursos da IES.

Após a construção da sua primeira Unidade, composta por salas de aulas, laboratórios, Biblioteca Central e o Setor Administrativo; recebeu a visita da Comissão de Avaliadores do INEP/ MEC, a qual relatou parecer favorável ao credenciamento da Faculdade de Pindamonhangaba. Posteriormente foi credenciada pela Portaria Ministerial de n° 1.855, de 26 de junho de 2002 com publicação no Diário Oficial da União, em 27 de junho de 2002 e recredenciamento pela portaria Ministerial nº 516, de 12/06/2013 publicada no D. O. U. em 13/06/2013.

A Política de Pesquisa faz parte do projeto pedagógico da IES, com apoio e fomento da mantenedora. Desde 2009, através da união dos esforços da Direção, Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e Mantenedora FUNVIC - Fundação Universitária Vida Cristã

buscam a ampliação da produção do saber e a veiculação do conhecimento a serviço da comunidade, como forma de assegurar análise e a compreensão e a investigação na realidade, enquanto suporte básico para uma formação profissional conectada com os problemas que emergem desta realidade e as demandas do progresso científico e tecnológico.

O UNIFUNVIC apresenta atualmente em seus registros, nos cursos de graduação e pós-graduação, 80 docentes com vínculo empregatício CLT, sendo que 85% do corpo docente possuem titulação de mestre ou doutor e 15% com titulação especialista.

Na perspectiva da avaliação institucional estabeleceu-se, em dezembro de 2004, a primeira organização da Comissão Própria de Avaliação – CPA seguindo os parâmetros do SINAES. Ao longo dos anos a CPA passou por processos de reformulação contínuos, tanto no aspecto administrativo quanto nos métodos de operacionalização e instrumentalização das autoavaliações.

As avaliações institucionais internas e externas têm contribuído ao longo dos anos para um crescimento e desenvolvimento sustentável da instituição. Neste contexto, a implementação de um sistema de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES), é um dos procedimentos utilizados para o monitoramento das informações relativas a estas instituições e assegurar que a qualidade do ensino fornecido por estas instituições atenda aos padrões recomendados. Em especial, o procedimento de autoavaliação institucional constitui-se em uma ferramenta de elevada importância na identificação de fragilidades e potencialidades das IES, de forma a atingir um melhor desempenho em sua gestão educacional e na qualidade de ensino oferecido.

As avaliações institucionais internas promovidas anualmente pela CPA promovem subsídios necessários para melhorias significativas crescentes, principalmente entre os períodos de hiato, da avaliação institucional externa.

Os resultados desencadeiam um trabalho conjunto entre Presidência da Mantenedora, Gestores da IES e seus Colegiados, como as Coordenações de cursos, NDEs, Colegiados de Cursos, para promover de forma rápida o acompanhamento e a evolução da IES na maior parte de sua história, tendo como referência a autoavaliação institucional, feita anualmente. A partir da análise e comparação com o PDI, PPI e PPCs, com os relatórios resultantes da autoavaliação, tem sido possível identificar o grau de evolução institucional deste que o instrumento foi implantado na IES. Os parâmetros de avaliação levam em conta a

implementação e o grau de conhecimento da comunidade acadêmica dos respectivos documentos. De modo geral, são várias, consistentes e significativas as melhorias que têm ocorrido ao longo desse tempo. Entre elas, destacam-se: a ampliação das instalações, acessibilidade, a criação de laboratórios polidisciplinares, ampliação do espaço físico e acervo da Biblioteca, suporte didático-pedagógico, melhorias das salas de aula, adequação dos espaços de prestação de serviços à comunidade acadêmica. As melhorias feitas partem da análise criteriosa das fragilidades e potencialidades apontadas pelos relatórios.

As avaliações institucionais externas realizadas pelas comissões de avaliadores dos órgãos regulatórios contribuem com outros dados e parâmetros, para melhorar a qualidade de ensino e prestação de serviços a comunidade local, regional e nacional.

A CPA tem acompanhado de perto a evolução da IES na maior parte de sua história, tendo como referência a autoavaliação institucional, feita anualmente. A partir da análise e comparação com o PDI, PPI e PPCs, com os relatórios resultantes da autoavaliação, tem sido possível identificar o grau de evolução institucional deste que o instrumento foi implantado na IES. Para atender as novas determinações do órgão regulatório, e em consonância com o Instrumento de Avaliação Institucional Externa, que subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica (presencial), do Ministério da Educação (Brasília, 01/2014), foi elaborado o PDI atual. Este contempla as sugestões citadas pela CPA, trazendo uma inovação e projetando um desenvolvimento educacional sustentável. A relação entre o planejamento da IES e a autoavaliação institucional é geralmente fecunda onde os resultados da avaliação serviram e servem como instrumento de orientação para a evolução contínua da Instituição.

Outro aspecto de indiscutível relevância para o desenvolvimento institucional foi a atenção especial sobre as políticas de ensino, pesquisa e extensão. Em 9 de março de 2017, por intermédio da portaria institucional nº 005/2017, a CPA passou por um novo processo de reformulação de modo a atender plenamente as necessidades institucionais e também as normativas legais, passando a trabalhar com um novo instrumento com os 5 Eixos avaliativos (abordando as 10 Dimensões) preconizados pelo SINAES. Em atendimento a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014 referente ao roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional, a seção do relatório destinada ao desenvolvimento é organizada em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3° da Lei n° 10.861, que institui o SINAES. Ainda, visando o

acompanhamento contínuo e diagnóstico da qualidade dos cursos oferecidos por essa IES, foi inserido no cronograma autoavaliações semestrais direcionadas unicamente aos discentes. Estabeleceu-se que esta autoavaliação de cursos tenha periodicidade semestral: 3ª e 4ª semana do mês de maio para o 1º semestre acadêmico e 3ª, 4ª e 5ª semana do mês de outubro para avaliação do 2º semestre acadêmico, neste caso coincidindo com o período da autoavaliação institucional. Será também totalmente informatizado utilizando o Sistema Acadêmico TOTVS, com a responsabilidade em desenvolvimento o setor de TI da instituição.

As autoavaliações institucionais internas e externas estão inseridas no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e tem entre suas finalidades a melhoria contínua da qualidade educacional. A autoavaliação Institucional do UNIFUNVIC, em atendimento a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, vem acompanhando o desenvolvimento e o crescimento da Instituição e reavalia permanentemente suas práticas de forma crítica, transparente e sistemática. Isso equivale a refletir sobre o seu papel na sociedade como disseminadora e promotora do saber, capaz de compreender e modificar a realidade.

Todos os dados levantados são analisados pela CPA e os resultados produzem relatórios contendo estatísticas que são disponibilizados junto aos canais de comunicação, (site, banners, faixas, etc.) para conhecimento da comunidade acadêmica, interna e externa. Esses relatórios retratam toda a evolução institucional e demonstram um retorno importante para toda comunidade acadêmica da realidade institucional.

Nesse contexto evolutivo a IES estabeleceu uma política para a avaliação embasada nas seguintes objetivos:

Objetivo Geral: estabelecer a participação efetiva da comunidade acadêmica a fim de viabilizar planos de ações que impliquem mudanças e aprimoramentos em busca de excelência no ensino institucional.

Objetivos Específicos: articular alunos, professores, funcionários técnico-administrativos e Reitoria em um trabalho de avaliação contínua da atividade acadêmica, administrativa e pedagógica da instituição.

Assim, as autoavaliações internas e externas fomentam:

- O autoconhecimento da Instituição, por meio do resultado de suas ações, permitindo adequá-las às demandas sociais e à missão institucional;
- Participação efetiva da Instituição na comunidade.

- Aprimoramento da gestão pedagógica e administrativa.

O UNIFUNVIC tem empreendido constantes esforços para manter a coerência entre os resultados das avaliações institucionais com as políticas e investimentos em ações implantadas ao longo de seus ciclos de autoavaliação institucional. Atualmente todo processo avaliativo está acessorado pelo setor de TI e inserido no Sistema Acadêmico da Instituição (TOTVS) que faz a aquisição sistemática e segura de todos os dados gerados durante as etapas avaliativas, os quais irão posteriormente gerar os respectivos relatórios finais.

Os Relatórios das avaliações internas e externas são objetos de discussões, estudos, análises e ponderações sobre potencialidades, fragilidades e planos de ação de melhorias por parte de todos os atores da comunidade acadêmica. De forma contínua são realizadas reuniões com colegiados, NDEs, coordenadores, discentes, gestores e reitoria em que esses resultados são discutidos e analisados para estratégias adequadas sejam definidas visando aprimorar a eficiência operacional e garantir a melhoria da qualidade do ensino na Instituição, estabelecendo as ações necessárias para cumprir sua missão e possibilitar o alcance de sua visão, aproveitando as suas potencialidades e eliminando as fragilidades.

3.2 Processo de Autoavaliação

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, fundamenta-se na necessidade de promover e garantir a qualidade da educação superior, bem como na expansão de sua oferta.

O processo de autoavaliação é um dos principais instrumentos de verificação do SINAES. A partir de 1º de setembro de 2004, vem sendo exercido em cada IES, por meio de sua CPA. A avaliação interna é considerada um processo contínuo e cíclico que deve identificar os pontos fortes e os de melhora, com intuito de se estabelecer procedimentos específicos para cada situação visando a melhora na qualidade de ensino.

Este item segue o preconizado no documento de Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições destinado para as Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) e à comunidade de professores, estudantes e técnico-administrativos das instituições de educação superior que se envolverão, a partir de 1º de setembro de 2004, no processo nacional de Avaliação Institucional da Educação Superior dentro do SINAES.

Apresenta como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos seguimentos institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade acerca da relevância científica e social de suas atividades acadêmicas. O propósito final será coletar e produzir informações que permitam analisar todo o processo educacional, possibilitando desenvolver ações que contribuam para seu fortalecimento acadêmico perante a percepção do corpo Docente, Discente e Técnico-Administrativo.

Após delimitação das dimensões devem ser produzidos instrumentos que proporcionem dados qualitativos (entrevistas, observações, relatórios), bem como dados quantitativos (questionários, documentos, projetos, avaliações setoriais, planilhas) como forma de se mensurar em que medida a aplicabilidade dos trabalhos tem contribuindo para a formação moral, ética e cidadã. O setor de TI desta IES é o responsável pelo desenvolvimento do instrumento e tabulação dos resultados, sob a orientação e supervisão da CPA/UNIFUNVIC.

Os resultados dos instrumentos avaliativos para a identificação e investigação institucional perante potencialidades e pontos detectados que devem ser melhorados, devem ser confrontados, para que assim, os agentes envolvidos possam estabelecer novos parâmetros ao planejamento educacional.

É necessário que após um levantamento qualitativo do trabalho interno realizado, seja feita uma averiguação *in loco* da receptividade da Instituição junto à comunidade. Assim, espera- se que possam ser produzidos relatórios e outros instrumentos adequados à investigação dos pontos detectados que necessitem de atenção e melhorias, bem como, possam os mesmos possibilitar condições para se propor novas formas de desenvolvimento do trabalho pedagógico e administrativo, procurando atender a melhoria das condições de ensino dos docentes, favorecendo a aprendizagem dos discentes e substanciando-se em atendimentos voltados às reais necessidades da sociedade.

O relatório deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA/FUNVIC no ano de referência (anterior), bem como discutir o conteúdo relativo aos dois relatórios anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do

instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão. Deverá, ainda, apresentar um plano de ações de melhoria à IES.

A Autoavaliação Institucional da IES, preconizada pelas diretrizes do SINAES, terá periodicidade anual ocorrendo na 3ª, 4ª e 5ª semanas do mês de outubro.

Em atendimento à nota técnica INEP/DAES/CONAES nº 065 de 2014, o relatório de autoavaliação institucional deverá seguir um roteiro de elaboração e conterá cinco partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise. Segue detalhamento do que poderá ser abordado em cada uma das partes.

INTRODUÇÃO: Dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação deverão ser informados neste campo, bem como o ano a que se refere, relatando se o relatório é parcial ou integral, conforme esta nota técnica.

METODOLOGIA: Na metodologia deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil consultados, e as técnicas utilizadas para análise dos dados.

DESENVOLVIMENTO: Nesse campo devem ser apresentados os dados e as informações pertinentes a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade das instituições.

Atendendo a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014 referente ao roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional, a seção do relatório destinada ao desenvolvimento deverá ser organizada em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3° da Lei n° 10.861, que institui o SINAES:

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional
Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional
Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Eixo 3: Políticas Acadêmicas
Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade
Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

Eixo 4: Políticas de Gestão
Dimensão 5: Políticas de Pessoal
Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição
Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

Eixo 5: Infraestrutura Física
Dimensão 7: Infraestrutura Física

ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

Os dados e as informações apresentadas no desenvolvimento deverão ser analisados e apropriados pelos atores da instituição, culminando no planejamento e na execução das ações.

Nesta seção deverá ser realizado um diagnóstico a respeito da IES, ressaltando os avanços e os desafios a serem enfrentados. Também deverá ser evidenciado no relatório o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), considerando o perfil e a identidade da IES.

AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

Dos resultados apurados, a CPA encaminhará ao setor Diretivo cópia do relatório com os resultados apurados, indicando propostas, opinando favoravelmente às alterações e observando a necessidade de incorporação de mudanças a curto, médio e longo prazo. As ações deverão ser previstas a partir da análise dos dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição.

DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIOS

Todos os dados levantados serão analisados pela CPA, cujo resultado produzirá um relatório contendo estatísticas, que será disponibilizado junto aos canais de comunicação para conhecimento das comunidades acadêmica e externa. Em atendimento ao INEP/DAES/CONAES, o relatório de autoavaliação, validado pela CPA, deverá ser postado até o dia 31 de março no site do MEC.

3.2.1 Autoavaliação Institucional: Participação da Comunidade Acadêmica Institucional

A avaliação institucional é precedida de um trabalho de conscientização. Esta tem sido intensificada nos últimos anos pela CPA junto à comunidade acadêmica. Reitera-se o papel, para efeito de realização do processo avaliativo, dos coordenadores, da TI Sistemas (setor encarregado da informatização do sistema avaliativo).

O sistema de avaliação institucional tem como objetivo principal o desenvolvimento da IES. Para isso, a CPA/FUNVIC desenvolveu um formulário informatizado que foi analisado com base na proposta do SINAES, a partir das orientações da Nota Técnica Nº 14/2014 – CGACGIES/DAES/INEP/ MEC.

O sucesso do processo, entre outros fatores, está diretamente relacionado ao estímulo, no que diz respeito ao cadastramento prévio de todos os alunos, dos professores e dos colaboradores. Professores e alunos são cadastrados no Sistema Acadêmico TOTVS por meio do C.P.F. e pelo R.G. e dos demais colaboradores (técnico-administrativos). Esse procedimento assegura ao participante a opção de preencher o questionário em qualquer computador ou outro meio com acesso à internet, uma vez que suas respostas estão conectadas ao seu registro acadêmico e/ou empregatício. Um mês antes e durante o período estipulado para a avaliação institucional, acontecem divulgações diversas, como panfletos, faixas, visitas de membros da CPA nas salas de aulas, etc. Assim, acontece a divulgação, orientação e conscientização sobre a importância de avaliar, quais os procedimentos para a avaliação consciente e o posterior acompanhamento dos resultados.

Todos da comunidade acadêmica são convidados a participarem da avaliação institucional, pois têm a prerrogativa de conhecer os seus resultados. A divulgação destes ao staff administrativo, colaboradores, docentes, discentes e comunidade geral, é feita por meio do site da IES e também por meio de jornal impresso de circulação interna. A CPA estimula o acompanhamento, análise e pareceres dos avaliadores sobre os resultados. As devolutivas recebem o devido tratamento, extraindo-se as contribuições significativas em favor do aprimoramento das atividades da própria CPA e também da IES.

O processo todo da avaliação implica em uma ação ampla com elevado grau de complexidade e responsabilidade. Requer envolvimento de todas as instâncias da IES, antes, durante e depois, para que se chegue aos propósitos almejados. Uma vez apurados e analisados os resultados, são feitos os encaminhamentos das estratégias necessárias com fins de reverter às fragilidades identificadas. Além disso, os resultados da autoavaliação devem subsidiar permanentemente o PDI e o PPI vigentes.

A avaliação da CPA compreende ainda outros instrumentos para coleta de informações que possam enriquecer e aprofundar o ciclo da autoavaliação institucional. Está em curso também as avaliações pontuais, específicas em cada curso que acontecem semestralmente.

Neste caso, são avaliados os coordenadores e professores, nos seus respectivos cursos e disciplinas. De forma objetiva, a filosofia que embasa procura focar criteriosamente os pontos fortes e fracos em cada curso e disciplinas, sem, contudo, expor particular e negativamente o profissional. O que se deve excluir, por princípio, é a possibilidade de usar o instrumento como critério, nos eventuais casos negativos: sansões, atitude persecutória, demissões e/ou afins. Obviamente, é uma aposta no bom senso. O objetivo geral é identificar o que pode ser aprimorado em cada curso e suas respectivas disciplinas. Orientar o coordenador e o professor com a finalidade de se perseguir a excelência na formação acadêmica. Os indícios e diagnósticos servirão para os encaminhamentos de práticas para capacitação docente e, consequentemente, aprimoramento da práxis pedagógica que, diretamente, beneficiará à comunidade acadêmica. A CPA está finalizando a padronização de todos os processos de avaliação interna, sem perder de vista as especificidades de cada curso. A Comissão tem insistentemente procurado junto aos cursos o desenvolvimento da consciência compromissada com o desenvolvimento institucional.

Para isso, os relatórios semestrais e anuais apresentados pela CPA são utilizados sistematicamente como diagnóstico pela IES para seu autoconhecimento. O confronto com os documentos oficiais da instituição como o PDI e o PPI, serve de orientação indispensável para o aprimoramento do modus operandi da instituição. Com a implantação do sistema Acadêmico TOTVS, e com as ferramentas avaliativas bem definidas e estruturadas espera-se um aperfeiçoamento de todo o processo avaliativo. A FUNVIC tem realizado um número expressivo de ações junto à Comunidade Pindamonhangabense. Os resultados têm sido plenamente satisfatórios, comprovados pelas devolutivas verbalizadas pelo público. Entretanto, tais realizações precisam ser mais sistematizadas e documentadas para que os benefícios produzidos em favor do município e região repercutam em favor da própria instituição. Tais realizações não somente são necessárias e, por natureza, fazem parte do compromisso institucional, mas também os resultados de tudo o que se tem produzido devam ser aproveitados em favor da instituição. Neste sentido, a CPA desenvolveu formulários informatizados específicos para determinar qualitativa e quantitativamente o grau de satisfação geral de atendimentos à Comunidade. Há um esforço também de se maximizar outras fontes de informação de grande valor, como a comunicação interna e externa, ouvidoria e coordenadorias.

3.2.2 Autoavaliação Institucional e Avaliações Externas: Análise e Divulgação dos Resultados

Esta é uma das etapas mais importante na avaliação institucional, pois é um processo especialmente elaborado para diagnosticar potencialidade e fragilidades na IES.

A autoavaliação e a avaliação externa constituem partes interligadas da avaliação institucional. O processo desenvolvido pela CPA é realizado em etapas bem definidas e se utiliza de variados instrumentos diagnósticos a fim de detectar possíveis fragilidades e as principais potencialidades apresentadas pela instituição de ensino. Internamente, são consideradas as seguintes etapas no processo avaliativo:

- Coleta de dados por meio de relatórios e questionários destinados a obter as informações oriundas dos diversos segmentos institucionais;
- Análise e organização dos dados coletados. Nesta fase são elaboradas as tabelas com dados quantitativos que facilitam a visualização dos resultados obtidos na etapa anterior;
- Divulgação dos resultados à comunidade acadêmica da IES, apresentando os resultados obtidos em cartazes, boletins internos, no site da instituição e por meio de seminários elucidatórios;
- Elaboração de relatórios finais e periódicos que são encaminhados aos órgãos governamentais e ficam à disposição das comissões de avaliações quando solicitados.

Nesta seção deverá ser realizado um diagnóstico a respeito da IES, ressaltando os avanços e os desafios a serem enfrentados. Também deverá ser evidenciado no relatório o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), considerando o perfil e a identidade da IES.

A análise dos dados e das informações dos dados e as informações apresentadas no desenvolvimento deverão ser analisados e apropriados pelos atores da instituição, culminando no planejamento e na execução das ações. Todos os dados levantados serão analisados pela CPA, cujo resultado produzirá um relatório contendo estatísticas, que será disponibilizado junto aos canais de comunicação para conhecimento das comunidades acadêmica e externa. Dos resultados apurados, a CPA encaminhará ao setor Diretivo cópia do relatório com os resultados apurados, indicando propostas, opinando favoravelmente às alterações e observando a necessidade de incorporação de mudanças a curto, médio e longo prazo.

Todo o processo de autoavaliação interna visa identificar as potencialidades e as fragilidades da instituição com a finalidade de aperfeiçoar as suas ações. Para isso, recorre-se à

participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da CPA, em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

Em relação à avaliação externa, são várias as ferramentas utilizadas para avaliar a trajetória da instituição. Pondera-se primeiramente que o investimento na avaliação externa não deve se perder em publicidade vazia. Os resultados devem falar mais alto. Há sempre aqueles que querem conhecer a honestidade da instituição. A avaliação externa tem grandes repercussões internas, a começar pelos coordenadores, professores e alunos. O ENADE, que visa conferir principalmente o nível de ensino-aprendizagem de cada curso, é assunto de discussão entre os coordenadores, professores e preocupação do aluno. O resultado imediato são os simulados, aplicação de provas com o "modelo ENADE" e outras ações com a intenção de conscientizar e aproximar o aluno dessa realidade. Ainda que não deva haver uma adequação da prática educacional da instituição, como um todo, a esse tipo de avaliação, certamente tem repercussões internas com algumas ações específicas para esse fim. Os próprios alunos reconhecem o valor da avaliação externa, o que reflete no engajamento deles.

Ampliar a avaliação externa é uma meta da instituição. O valor deste tipo de avaliação é indiscutível, daí a articulação de várias ferramentas para esse fim. A leitura e o diagnóstico da conjuntura atual do mercado e das tendências da sociedade, aliados às avaliações externas são fortes e constantes subsídios para o planejamento e replanejamento dos cursos e ensino. Disso dependem a atualização e o desenvolvimento da instituição. As orientações e sinais das mudanças de nosso tempo constituem a matéria-prima para as reuniões de planejamento de curso e de aula.

Além dos empregadores, dos ex-alunos e representantes de associações da área do curso, há grupos de especialistas que periodicamente visitam a instituição, coletam as informações com determinados fins e emitem pareceres. Geralmente, estes avaliadores constituem um corpo de especialistas de outras universidades. Para esse fim, a Comissão Permanente de Avaliação - CPA apresenta este Relatório Final de Autoavaliação Institucional. As dimensões consideradas por este tipo específico de avaliação da IES foram estabelecidas pela Lei n.º 10.861/04, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Segue as orientações da Nota Técnica Nº 14/2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC sobre Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A referida Nota Técnica tem como objetivo uniformizar o entendimento sobre os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, publicado no D.O.U, de 4 de fevereiro de 2014, por meio da Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014, no âmbito das instâncias que compõem o processo de avaliação do SINAES. Atendendo a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014 deverá ser

organizada com correspondentes cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3° da Lei n° 10.861, que institui o SINAES.

O grupo de avaliadores externos deverá permanecer dois ou três dias lendo os relatórios da autoavaliação, os programas de cada disciplina, as provas e testes aplicados aos alunos, os projetos de ensino, pesquisa e extensão já concluídos e aqueles em andamento, depois entrevistarão o coordenador, professores e alunos do curso (selecionados aleatoriamente) e depois, em reunião conjunta com estes, farão uma discussão baseada nos pontos positivos e negativos identificados, dando sugestões que poderão ser incorporadas para melhorar o currículo e o desempenho geral do curso e da Instituição.

A proposta do relatório final deve servir de subsídio para um seminário geral em que participam os administradores da instituição, os líderes que conduziram o processo (Comissão Permanente de Avaliação - CPA, Comissão Setorial de Avaliação dos Cursos, empregadores e especialistas da área do curso), o coordenador, os professores e os alunos do curso.

Nesta etapa, são sugeridas as mudanças a serem implementadas a curto, médio e longo prazo. Deverá, também, resultar deste, algumas reuniões dos Colegiados/NDEs com propostas de reformulação e de reajustes do currículo e do curso como um todo, bem como de sugestões para uma proposta de apoio aos docentes na melhoria de suas atividades.

De acordo com o PDI, a abrangência da avaliação institucional envolve toda a comunidade acadêmica, infraestrutura das duas unidades (Campus I e II), coordenações de ensino de graduação, cursos optativos, pós-graduação, extensão e atividades implementadas junto à sociedade. A essas avaliações, somam-se as feitas pela comunidade externa, através dos egressos da instituição e dos membros da sociedade civil organizada. Os avaliadores externos são todos aqueles que participam direta e indiretamente das atividades propostas pela IES, como: empregadores, ex-alunos, beneficiários, projetos sociais e representantes de associações da área correspondente aos cursos.

Os resultados das pesquisas feitas pela CPA são divulgados institucionalmente através do site, em relatórios da CPA, em painéis postados nas áreas de relacionamento, em reuniões gerais, em visitas às salas de aulas pelos coordenadores, devolutivas individuais aos professores e com publicações em periódicos da comunidade externa. Os relatórios da CPA também são divulgados no próprio sistema e-MEC, conforme determina o prazo até 30 de março de cada ano.

3.2.3 Relatórios de Autoavaliação

Este item segue o preconizado no documento de Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições destinado para as Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) e à

comunidade de professores, estudantes e técnico-administrativos das instituições de educação superior que se envolverão, a partir de 1º de setembro de 2004, no processo nacional de Avaliação Institucional da Educação Superior dentro do SINAES. O Relatório Final compreende a sistematização dos resultados das avaliações feitas por esta IES, com a participação do Corpo Discente, do Corpo Docente e do Corpo Técnico-Administrativo. É importante ressaltar que se trata de uma análise qualitativa, a partir de indicadores quantitativos resultantes de todo o processo ponderável das dimensões verificadas desta IES. A análise do documento em todas as instâncias competentes é fundamental para a continuidade da reflexão acerca dos diversos aspectos e atividades institucionais analisados e avaliados, e serão essenciais para nortear as ações futuras desta IES. Este documento está disponível para a comunidade acadêmica no site da Instituição: http://www.unifunvic.edu.br/.

Os resultados dos instrumentos avaliativos para a identificação e investigação institucional, perante potencialidades e pontos detectados que devem ser melhorados, devem ser confrontados, para que assim, os agentes envolvidos possam estabelecer novos parâmetros ao planejamento educacional.

É necessário que após um levantamento qualitativo do trabalho interno realizado, seja feita uma averiguação *in loco* da receptividade da Instituição junto à comunidade. Assim, espera- se que possam ser produzidos relatórios e outros instrumentos adequados à investigação dos pontos detectados que necessitem de atenção e melhorias, bem como, possam os mesmos possibilitar condições para se propor novas formas de desenvolvimento do trabalho pedagógico e administrativo, procurando atender a melhoria das condições de ensino dos docentes, favorecendo a aprendizagem dos discentes e substanciando-se em atendimentos voltados às reais necessidades da sociedade.

O relatório contempla as informações e ações desenvolvidas pela CPA/UNIFUNVIC no ano de referência (anterior), bem como discutir o conteúdo relativo aos dois relatórios anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão. Deverá, ainda, apresentar um plano de ações de melhoria à IES.

Em atendimento à nota técnica INEP/DAES/CONAES nº 065 de 2014, o relatório de autoavaliação institucional seguiu um roteiro de elaboração e contem cinco partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise. Segue detalhamento do que é abordado em cada uma das partes.

INTRODUÇÃO: Os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação são informados neste campo, bem como o ano a que se refere, relatando se o relatório é parcial ou integral, conforme esta nota técnica.

METODOLOGIA: Na metodologia são descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil consultada, e as técnicas utilizadas para análise dos dados.

DESENVOLVIMENTO: Nesse campo são apresentados os dados e as informações pertinentes a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade das instituições. Atendendo a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014 referente ao roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional, esta seção é organizada em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3° da Lei n° 10.861, que institui o SINAES:

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional
Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional
Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Eixo 3: Políticas Acadêmicas
Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade
Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

Eixo 4: Políticas de Gestão
Dimensão 5: Políticas de Pessoal
Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição
Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

Eixo 5: Infraestrutura Física
Dimensão 7: Infraestrutura Física

Deste modo, será possível estabelecer coerência e continuidade entre os dados apresentados, facilitando o desenvolvimento do relatório de autoavaliação, bem como o processo avaliativo em sua integralidade.

ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES: Os dados e as informações apresentadas no desenvolvimento são analisados e apropriados pelos atores da instituição, culminando no planejamento e na execução das ações.

Nesta seção deverá ser realizado um diagnóstico a respeito da IES, ressaltando os avanços e os desafios a serem enfrentados. Também deverá ser evidenciado no relatório o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), considerando o perfil e a identidade da IES.

AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE: As ações deverão ser previstas a partir da análise dos dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição.

Para isso, a CPA/UNIFUNVIC desenvolveu um formulário informatizado que foi analisado com base na proposta do SINAES, a partir das orientações da Nota Técnica Nº 14/2014 – CGACGIES/ DAES/INEP/MEC.

O instrumento aplicado a discentes, docentes e técnico-administrativos, contempla nove das dez Dimensões, direcionando o participante a quatro alternativas para cada item, a saber: S (satisfeito), PS (parcialmente satisfeito), I (insatisfeito) e NA (não se aplica). Este último item, diz respeito à opção do participante não querer opinar, seja simplesmente por optar por declinar de emitir algum parecer ou, simplesmente, porque não diz respeito à sua área de atuação. Daí, não ser levado em conta no computo geral. Em sendo assim, fica no registro geral do relatório sem, contudo, ser utilizado como indicativo significativo. O instrumento gera também a possibilidade do avaliador relatar qualquer manifestação pessoal, utilizando-se de uma caixa de comentários.

O Relatório procura atender às diretrizes padronizadoras apresentadas pela Nota Técnica citada acima. Considera as 10 (dez) Dimensões Institucionais, no caso desta Instituição, relacionadas aos Cursos Ministrados (corpo docente e discente) e ao corpo técnico-administrativo. Visa contemplar nas sistematizações das respostas, de cada setor, o máximo de indícios que tenham consistências em algumas questões, dadas as singularidades dos cursos e setores de atuação.

Após a aplicação do questionário, dá-se início a análise dos dados. Os resultados da média institucional, os percentuais de cada item dentro de cada dimensão, são reorganizados a partir das respostas S (satisfeito), PS (parcialmente satisfeito) e I (insatisfeito). A resposta NA (não se aplica) é estatisticamente considerada uma nota de corte. Ratifica-se que as três respostas (S, PS, I) apresentam suas proporções preservadas. Uma vez feita a análise, é produzido um novo quadro demonstrativo que visa apontar as Potencialidades e Fragilidades de cada curso.

Outras informações de dados mereceram destaque: O Grau de potencialidade consiste na somatória de respostas S (satisfeito) e PS (parcialmente satisfeito). Neste caso, são destacados os pontos fortes da instituição. Para se chegar ao Grau de Potencialidade (Grau de Satisfação), foi considerada quela superior a 80%. E o grau de fragilidade, todo percentual

igual ou superior a 20% que denotam insuficiência (Insatisfeitos) em determinado Eixo/Dimensão avaliado. Tais valores são mais que suficientes como indicadores de que algo vai bem e pode ainda ser aprimorado e que algo requer o cuidado maior ou atenção imediata por parte da IES.

O Relatório Final Ano Base 2023 encontra-se postado na Base de Dados do e-Mec.

3.2.4 Resultados de Avaliações de Cursos

Analisando a evolução dos resultados dos Conceitos de Curso nos dois últimos triênios (Tabelas 2 a 19) nota-se uma significante melhoria na qualidade da avaliação dos cursos, com o aumento do percentual de conceito 4 (quatro) recebidos nas avaliações in loco e consequente diminuição do percentual de conceitos 3 (três). Destaca-se na análise que a instituição não apresentou nenhum curso avaliado com conceito inferior a 3 (três).

Ainda nesse sentido, a CPA tem acompanhado de perto a evolução de todos os cursos da IES em grande parte de sua história, tendo assim se apoderado desde 2017 de autoavaliações **semestrais de todos os cursos**. Todo processo avaliativo está acessorado pelo setor de TI e inserido no Sistema Acadêmico da Instituição (TOTVS) que faz a aquisição sistemática e segura de todos os dados gerados durante as etapas avaliativas, os quais irão posteriormente gerar os respectivos relatórios finais. Esses relatórios são encaminhados para a Reitoria e os respectivos Coordenadores de curso para o total conhecimento e tomadas de decisões em caso de ocorrências de fragilidades, com planos de ações adequados para efetivação a curto prazo.

3.2.5 Recursos Tecnológicos e Processos Inovadores da Autoavaliação Institucional

A CPA realiza, a cada ano, a própria autoavaliação dos procedimentos e recursos tecnológicos utilizados na autoavaliação da Instituição. Com vistas à melhoria contínua, a Comissão tem conseguido conquistas inovadoras tanto no âmbito de recursos tecnológicos quanto no âmbito de processo. Com relação aos recursos tecnológicos, a Instituição desenvolveu uma ferramenta própria de TI no Sistema Acadêmico do UNIFUNVIC (TOTVS). Essa ferramenta desenvolvida é integrada no qual é realizada toda a análise descritiva dos dados e estatísticas das autoavaliações realizadas pela Comissão.

Além das conquistas tecnológicas já alcançadas, a CPA também vem buscando uma melhoria contínua e inovadora de seus processos. Para isso, tem trabalhado em conjunto com

o setor de Comunicação e outros departamentos da Instituição. Durante o período de avaliação,

o setor realiza o gerenciamento de risco nas redes sociais e, quando identificada a necessidade, responde de forma imediata às dúvidas do público. Quando demandado, o setor também realiza pesquisas por enquete nesses ambientes de contato com os públicos interno e externo. Vinculado ao processo de gerenciamento de risco, também são envolvidos a ouvidoria, as coordenações de curso, o Central de Apoio ao Estudante. A integração e o trabalho em conjunto da CPA com os demais departamentos da Instituição fortalecem a consolidação da cultura da autoavaliação na instituição e inovam nos procedimentos para atendimento imediato e mais eficiente ao público. Também inovando no procedimento de comunicação, a Comissão desenvolveu um selo adesivo com o logotipo da CPA para identificar as melhorias realizadas e demais conquistas resultantes da autoavaliação institucional.

4. PROCESSOS DE GESTÃO

Os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, discentes e da sociedade civil organizada, com a regulamentação do mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados, sistematizando e divulgando as decisões colegiadas para apropriação pela comunidade interna.

Os principais processos de gestão para a melhoria institucional estão aqui declarados: (1) estabelecer uma estrutura de gestão ágil e eficiente; (2) desenvolver gestão estratégica pautada em qualidade, inovação e sustentabilidade; (3) adequar fatores como estrutura, liderança, cultura, sistemas e recursos para a eficiente operacionalização estratégica; (4) seguir uma lógica de gestão voltada para resultados e apoiada por um sistema integrado de informações; (5) dar condições ao desenvolvimento dos processos de avaliação interna para o permanente diagnóstico da realidade institucional complementado com os resultados das avaliações externas; (6) planejar e decidir o conjunto de objetivos e estratégias direcionadas ao alcance da visão de futuro do UniFUNVIC; (7) estabelecer uma estrutura de gestão que favoreça o processo de mobilidade acadêmica e o da internacionalização; e (8) estabelecer

ações de controle e gestão de riscos com vista a garantir melhor gestão institucional diante de adversidades nos processos.

A Reitoria do UNIFUNVIC e seus Órgãos Colegiados têm como auxiliares, a Coordenações de Curso, a Secretaria Acadêmica, a Secretaria Financeira e a Biblioteca. A gestão institucional é bastante participativa, permitindo um relacionamento harmonioso entre corpo técnico-administrativo, docentes, discentes e Reitoria.

A gestão do UNIFUNVIC utiliza os relatórios de autoavaliação institucional e transforma as recomendações da CPA em objetivos, metas e/ou ações estratégicas. O desenvolvimento dessas ações e alcance das metas do PDI tem como principal norteador alcançar a excelência nos indicadores de desempenho institucional. Para cada eixo do PDI são propostas ações de desenvolvimento, elaboradas a partir das avaliações externas e das avaliações internas. Para cumprir com a missão, a visão, as finalidades, os valores e os objetivos apontados no PDI, o UNIFUNVIC busca desenvolver programas e ações focados em efetivar os objetivos e metas propostos no PDI de forma ampla, eficaz e responsável. Tais objetivos alcançam as comunidades internas e externas, estão em consonância com o que estabelece os instrumentos normativos vigentes e perpassam as grandes áreas de atuação do UNIFUNVIC, promovendo continuamente a indissociabilidade do ensino/pesquisa/extensão; a promoção de políticas pautadas na inclusão social; a ampla difusão do conhecimento científico e tecnológico no âmbito acadêmico e social; as parcerias com a sociedade; o fomento da política de acompanhamento de egressos; a observância às políticas afirmativas, ao respeito à pluralidade de idéias e à diversidade cultural.

A IES disponibiliza seus documentos, como portarias, normativas, circulares, regimentos, entre outros, no Portal do UniFUNVIC, onde todos os interessados e envolvidos no processo tem livre acesso.

A IES estabelece os seguintes princípios gerais para a Gestão:

- ✓ Ampliar as parcerias com empresas e instituições públicas e privadas, visando assegurar o cumprimento da missão institucional;
- ✓ Buscar fontes alternativas de recursos financeiros e tecnológicos para viabilizar a expansão, modernização e manutenção da Instituição;
- ✓ Consolidar os cursos já existentes e ofertar novos cursos em áreas de reconhecida importância social;

- ✓ Desenvolver e consolidar uma cultura organizacional que priorize liderança, estabilidade, flexibilidade e inovação;
- ✓ Dinamizar o uso de recursos didático-pedagógicos compatíveis com os avanços tecnológicos;
- ✓ Estimular a participação dos profissionais na criação, implantação e adaptação de instrumentos de gestão direcionados a excelência;
- ✓ Incentivar o desenvolvimento do saber técnico-científico, vinculado aos valores éticos;
- ✓ Estruturar ações participativas junto à comunidade, enfatizando o desenvolvimento da região;
- ✓ Incrementar a qualificação do corpo docente e técnico-administrativo, contribuindo para o aperfeiçoamento do trabalho e do atendimento institucional;
- ✓ Realizar prestação de serviços que promovam qualidade de vida à comunidade abrangida pela Instituição;
- ✓ Selecionar professores titulados em nível de especialização, mestrado e doutorado, e que demonstrem compromisso com a missão e valores da instituição;
- ✓ Sistematizar a prática de revisão e reforma dos projetos acadêmicos e didático-pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação, visando à atualização e reformulação curricular permanente de todos os cursos desenvolvidos pela IES;
- ✓ Ter um quadro docente e técnico-administrativo compatível com as necessidades e responsabilidades inerentes ao desenvolvimento da Instituição;
- ✓ Tornar permanente a Avaliação Institucional com a função de subsidiar a qualidade e o desenvolvimento das ações político-acadêmicas e administrativas pertinentes à missão institucional;
- ✓ Trabalhar permanentemente com os docentes a avaliação do processo acadêmico e o que ele significa na construção do novo profissional;
- ✓ Transformar os cursos em unidades autônomas de gerenciamento e aplicação das propostas pedagógicas;
- ✓ Utilizar a solenidade de formatura como um ato formal de encontro da comunidade acadêmica com a sociedade;

- ✓ Valorizar os profissionais da instituição, estabelecendo um plano de carreira que estimule a qualificação e o desempenho.

4.1 Processos de Gestão Institucional

Os objetivos e as metas apresentados neste Plano de Desenvolvimento Institucional da IES foram estabelecidos a partir das avaliações internas e externas e, pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), contemplando medidas de acompanhamento e busca de soluções para os problemas levantados, provendo ações que contemplem seu planejamento e gestão para os próximos 4 anos.

O UNIFUNVIC, como Instituição de Ensino Superior, tem por objetivos gerais:

- ✓ Promover a excelência de ensino;
- ✓ Contribuir na formação do ser humano;
- ✓ Despertar para os valores nobres cristãos;
- ✓ Trabalhar com Responsabilidade Social;
- ✓ Ajudar a construir e realizar sonhos;
- ✓ Encorajar as pessoas na construção de um Mundo melhor;
- ✓ Colaborar para o crescimento e desenvolvimento sustentável;
- ✓ Propagar a Palavra de Deus.

4.2 Organização Administrativa

A IES se relaciona com a Mantenedora FUNVIC - Fundação Universitária Vida Cristã, através da Reitoria. A IES é dependente da entidade mantenedora apenas quanto ao respeito a sua natureza e finalidade e quanto à manutenção de seus serviços, não havendo interferência, por parte desta, em decisões que envolvam o processo educacional, de pesquisa, de extensão, social, cultural, artístico, ambiental e sustentabilidade financeira salvo quando as decisões impliquem novos ônus, não previstos em orçamentos aprovados.

A FUNVIC é responsável, perante as autoridades em geral, pela IES, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao bom funcionamento, respeitados os limites da lei, de Regimento Geral, da liberdade acadêmica de seus corpos docentes e discentes e a autoridade própria de seus órgãos colegiados, deliberativos e executivos.

Compete à FUNVIC, promover os adequados meios de funcionamento das atividades da IES, colocando-lhe à disposição, os bens móveis e imóveis de seu patrimônio, ou de terceiros a ela cedidos, assegurando-lhes os suficientes recursos financeiros de custeio. À mantenedora reserva-se a aprovação anual do plano orçamentário e financeiro da Instituição.

As decisões dos órgãos colegiados que importem aumento de despesas não previstas no plano orçamentário e financeiro anual dependem para sua execução de previa aprovação da mantenedora.

A mantenedora é responsável, perante as autoridades públicas e o público em geral, incumbindo-lhe de tomar às medidas necessárias, ao seu bom funcionamento, respeitados os limites da lei e do seu Estatuto, a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente, e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos.

A integração entre gestão administrativa, órgãos colegiados é possibilitada através da inclusão de representantes da comunidade acadêmica nas instâncias da mantenedora e também, a mantenedora participa nos órgãos colegiados da IES.

Participação da comunidade acadêmica nos órgãos superiores administrativos e acadêmicos através das suas representações dos corpos docentes e discentes participa dos órgãos superiores administrativos e acadêmicos. Esta participação se dá em nível de Conselho de Diretor e Colegiados.

Todos os docentes integrantes do colegiado, com cargo de coordenador ou dirigente acadêmico, exercem também encargos didáticos, podendo representar, legitimamente, a categoria docente nos colegiados da Universidade.

Estrutura organizacional com as Instâncias de Decisão:

Esta estrutura é regida pela Legislação Federal, pelo Contrato Social da Mantenedora, pelo Regimento Geral, pelos planos e políticas estabelecidos em seu PPI e PDI, e segundo as normas complementares estabelecidas pela administração superior da instituição.

É dotada de autonomia didático-científica, administrativa e disciplinar, com as limitações da Lei, do Estatuto da mantenedora e de seu Regimento Geral.

Compete precipuamente à Mantenedora promover adequadas condições de funcionamento das atividades, colocando-lhe à disposição os bens imóveis, móveis e equipamentos necessários, de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos, e assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio.

À Mantenedora reserva-se a administração orçamentária, contábil e fiscal da IES, bem como de seu patrimônio colocado à disposição da mesma, podendo delegá-la em parte ao Reitor.

Dependem de aprovação da Mantenedora as decisões da IES, que importem em aumento de despesas.

4.3 Implementação de Ações Efetivas na Gestão da IES

As ações acadêmico-administrativas desenvolvidas a partir das avaliações externas e internas nos últimos anos foram: fortalecer e ampliar as parcerias com as empresas do setor privado e público, ampliação da estrutura física, atualização do acervo bibliográfico, desenvolvimento do projeto de acessibilidade e estrutura física para portadores de necessidades especiais, elaboração de um programa de implantação de novas tecnologias, aprimorar sistema de comunicação interna e externa, desenvolver ações de melhoria no programa de Avaliação Institucional, contratação de funcionários qualificados e incentivo ao desenvolvimento de pesquisa e extensão, bem como, investimentos na infraestrutura da IES, atualização das matrizes curriculares dos PPCs, ampliação dos setores administrativos, secretaria, financeiro, sala de TI e outros setores, desenvolvimento de atividades de Responsabilidade Social: Dia Nacional de Responsabilidade Social em parceria com a ABMES, Campanha do Agasalho, Campanha do Brinquedo e Campanha de Alimentos, entre outros na IES. Reformulação e atualização dos PPCs de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e o novo Instrumento de Avaliação, Implementação da interdisciplinaridade gradativa em todos os cursos por meio do Projeto Integrador (Interdisciplinar); apoio aos estudantes por meio de: convênio com o PROUNI, convênio com o FIES, Oferta do programa de Nivelamento, com atendimento gratuito (Língua Portuguesa, Informática, Matemática básica e Física geral), Atendimento psicopedagógico aos discentes, oferta de cursos de graduação e extensão gratuitos para funcionários e professores da IES, Em relação à infraestrutura, o investimento é constante.

5. DEMONSTRAÇÃO DE EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL

A instituição foi fundamentada perante uma pesquisa realizada sobre a história do ensino superior sobre a primeira Faculdade de Pindamonhangaba que ofertava os cursos de “Farmácia e Odontologia”. A mesma foi fundada de acordo com lei municipal, em 1º de

outubro de 1913. Além do resgate do passado, foram também pesquisadas as condições de mercado de trabalho e de Projetos Políticos e Pedagógicos vigentes e ofertados por instituições de ensino superior na regiãona década de 90.

No ano de 1997, obedecendo aos princípios originários na formação da Instituição, foi dado o início à estruturação de ensino baseada em fundamentos cristãos; na excelência dos valores humanos éticos e morais; numa educação que compreendesse o ser humano integral; no exercício da cidadania; no enriquecimento cultural; no desenvolvimento socioeconômico sustentável, sistêmico e que agregasse valores à cultura e à preservação do meio ambiente e sua utilização sustentável e o firme propósito de garantir um ensino e uma educação superior de qualidade para seus ingressos. O aceite por setores da sociedade, pelo atendimento às necessidades urgentes da população, foi imediato com a resposta concreta manifestada na grande procura por cursos da IES.

Após a construção da sua primeira Unidade, composta por salas de aulas, laboratórios, Biblioteca Central e o Setor Administrativo; recebeu a visita da Comissão de Avaliadores do INEP/ MEC, a qual relatou parecer favorável ao credenciamento da Faculdade de Pindamonhangaba. Posteriormente foi credenciada pela Portaria Ministerial de n° 1.855, de 26 de junho de 2002 com publicação no Diário Oficial da União, em 27 de junho de 2002 e recredenciamento pela portaria Ministerial nº 516, de 12/06/2013 publicada no D. O. U. em 13/06/2013.

A Política de Pesquisa faz parte do projeto pedagógico da IES, com apoio e fomento da mantenedora. Desde 2009, através da união dos esforços da Direção, Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e Mantenedora FUNVIC - Fundação Universitária Vida Cristã buscam a ampliação da produção do saber e a veiculação do conhecimento a serviço da comunidade, como forma de assegurar análise e a compreensão e a investigação na realidade, enquanto suporte básico para uma formação profissional conectada com os problemas que emergem desta realidade e as demandas do progresso científico e tecnológico.

O UNIFUNVIC apresenta atualmente em seus registros, nos cursos de graduação e pós-graduação, 74 docentes com vínculo empregatício CLT, sendo que 83,8% do corpo docente possuem titulação de mestre ou doutor e 16,2% com titulação especialista.

Na perspectiva da avaliação institucional estabeleceu-se, em dezembro de 2004, a primeira organização da Comissão Própria de Avaliação – CPA seguindo os parâmetros do

SINAES. Ao longo dos anos a CPA passou por processos de reformulação contínuos, tanto no aspecto administrativo quanto nos métodos de operacionalização e instrumentalização das autoavaliações.

As avaliações institucionais internas e externas têm contribuído ao longo dos anos para um crescimento e desenvolvimento sustentável da instituição. Neste contexto, a implementação de um sistema de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES), é um dos procedimentos utilizados para o monitoramento das informações relativas a estas instituições e assegurar que a qualidade do ensino fornecido por estas instituições atenda aos padrões recomendados. Em especial, o procedimento de autoavaliação institucional constitui-se em uma ferramenta de elevada importância na identificação de fragilidades e potencialidades das IES, de forma a atingir um melhor desempenho em sua gestão educacional e na qualidade de ensino oferecido.

As avaliações institucionais internas promovidas anualmente pela CPA promovem subsídios necessários para melhorias significativas crescentes, principalmente entre os períodos de hiato, da avaliação institucional externa.

Os resultados desencadeiam um trabalho conjunto entre Presidência da Mantenedora, Gestores da IES e seus Colegiados, como as Coordenações de cursos, NDEs, Colegiados de Cursos, para promover de forma rápida o acompanhamento e a evolução da IES na maior parte de sua história, tendo como referência a autoavaliação institucional, feita anualmente. A partir da análise e comparação com o PDI, PPI e PPCs, com os relatórios resultantes da autoavaliação, tem sido possível identificar o grau de evolução institucional deste que o instrumento foi implantado na IES. Os parâmetros de avaliação levam em conta a implementação e o grau de conhecimento da comunidade acadêmica dos respectivos documentos. De modo geral, são várias, consistentes e significativas as melhorias que têm ocorrido ao longo desse tempo. Entre elas, destacam-se: a ampliação das instalações, acessibilidade, a criação de laboratórios polidisciplinares, ampliação do espaço físico e acervo da Biblioteca, suporte didático-pedagógico, melhorias das salas de aula, adequação dos espaços de prestação de serviços à comunidade acadêmica. As melhorias feitas partem da análise criteriosa das fragilidades e potencialidades apontadas pelos relatórios.

As avaliações institucionais externas realizadas pelas comissões de avaliadores dos órgãos regulatórios contribuem com outros dados e parâmetros, para melhorar a qualidade de ensino e prestação de serviços a comunidade local, regional e nacional.

A CPA tem acompanhado de perto a evolução da IES na maior parte de sua história, tendo como referência a autoavaliação institucional, feita anualmente. A partir da análise e comparação com o PDI, PPI e PPCs, com os relatórios resultantes da autoavaliação, tem sido possível identificar o grau de evolução institucional deste que o instrumento foi implantado na IES. Para atender as novas determinações do órgão regulatório, e em consonância com o Instrumento de Avaliação Institucional Externa, que subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica (presencial), do Ministério da Educação (Brasília, 01/2014), foi elaborado o PDI atual. Este contempla as sugestões citadas pela CPA, trazendo uma inovação e projetando um desenvolvimento educacional sustentável. A relação entre o planejamento da IES e a autoavaliação institucional é geralmente fecunda onde os resultados da avaliação serviram e servem como instrumento de orientação para a evolução contínua da Instituição.

Outro aspecto de indiscutível relevância para o desenvolvimento institucional foi a atenção especial sobre as políticas de ensino, pesquisa e extensão. Em 9 de março de 2017, por intermédio da portaria institucional nº 005/2017, a CPA passou por um novo processo de reformulação de modo a atender plenamente as necessidades institucionais e também as normativas legais, passando a trabalhar com um novo instrumento com os 5 Eixos avaliativos (abordando as 10 Dimensões) preconizados pelo SINAES. Em atendimento a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014 referente ao roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional, a seção do relatório destinada ao desenvolvimento é organizada em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3° da Lei n° 10.861, que institui o SINAES. Ainda, visando o acompanhamento contínuo e diagnóstico da qualidade dos cursos oferecidos por essa IES, foi inserido no cronograma autoavaliações semestrais direcionadas unicamente aos discentes. Estabeleceu-se que esta autoavaliação de cursos tenha periodicidade semestral: 3ª e 4ª semana do mês de maio para o 1º semestre acadêmico e 3ª, 4ª e 5ª semana do mês de outubro para avaliação do 2º semestre acadêmico, neste caso coincidindo com o período da autoavaliação institucional. Será também totalmente informatizado utilizando o Sistema Acadêmico TOTVS, coma responsabilidade em desenvolvimento o setor de TI da instituição.

As autoavaliações institucionais internas e externas estão inseridas no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e tem entre suas finalidades a melhoria contínua da qualidade educacional. A autoavaliação Institucional do UNIFUNVIC,

em atendimentoa Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, vem acompanhando o desenvolvimento e o crescimento da Instituição e reavalia permanentemente suas práticas de forma crítica, transparente e sistemática. Isso equivale a refletir sobre o seu papel na sociedade como disseminadora e promotora do saber, capaz de compreender e modificar a realidade.

Todos os dados levantados são analisados pela CPA e os resultados produzem relatórios contendo estatísticas que são disponibilizados junto aos canais de comunicação, (site, banners, faixas, etc.) para conhecimento da comunidade acadêmica, interna e externa. Esses relatórios retratam toda a evolução institucional e demonstram um retorno importante para toda comunidade acadêmica da realidade institucional.

Nesse contexto evolutivo a IES estabeleceu uma política para a avaliação embasada nas seguintes objetivos:

Objetivo Geral: estabelecer a participação efetiva da comunidade acadêmica a fim de viabilizar planos de ações que impliquem mudanças e aprimoramentos em busca de excelência no ensino institucional.

Objetivos Específicos: articular alunos, professores, funcionários técnico-administrativos e Reitoria em um trabalho de avaliação contínua da atividade acadêmica, administrativa e pedagógica da instituição.

Assim, as autoavaliações internas e externas fomentam:

- O autoconhecimento da Instituição, por meio do resultado de suas ações, permitindo adequá-las às demandas sociais e à missão institucional;
- Participação efetiva da Instituição na comunidade.
- Aprimoramento da gestão pedagógica e administrativa.

O UNIFUNVIC tem empreendido constantes esforços para manter a coerência entre os resultados das avaliações institucionais com as políticas e investimentos em ações implantadas ao longo de seus ciclos de autoavaliação institucional. Atualmente todo processo avaliativo está acessorado pelo setor de TI e inserido no Sistema Acadêmico da Instituição (TOTVS) que faz a aquisição sistemática e segura de todos os dados gerados durante as etapas avaliativas, os quais irão posteriormente gerar os respectivos relatórios finais.

Os Relatórios das avaliações internas e externas são objetos de discussões, estudos, análises e ponderações sobre potencialidades, fragilidades e planos de ação de melhorias por parte de todosos atores da comunidade acadêmica.

De forma contínua são realizadas reuniões com colegiados, NDEs, coordenadores, discentes, gestores e reitoria em que esses resultados são discutidos e analisados para estratégias adequadas sejam definidas visando aprimorar a eficiência operacionale garantir a melhoria da qualidade do ensino na Instituição, estabelecendo as ações necessárias para cumprir sua missão e possibilitar o alcance de sua visão, aproveitando as suas potencialidadese eliminando as fragilidades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relato Institucional do Centro Universitário FUNVIC reflete a postura estratégica da instituição, proporcionando aos gestores um acompanhamento detalhado da execução das fases do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional). Esse acompanhamento permite uma análise aprofundada dos resultados alcançados pela instituição, além de facilitar a disseminação de boas práticas, com o objetivo contínuo de aprimorar as atividades institucionais. É uma manifestação clara da postura estratégica adotada pela instituição, refletindo o compromisso com a excelência acadêmica e a gestão eficaz.

Este documento representa um processo contínuo de ação-reflexão-ação, que demanda o comprometimento de toda a comunidade acadêmica na construção e vivência do trabalho, incorporando-o como parte dinâmica da prática educativa. Os indicadores apresentados evidenciam o desenvolvimento da instituição e a adoção de políticas que consolidam suas ações em diversos níveis e áreas de atuação.

Além disso, as diretrizes estabelecidas para ensino, iniciação científica e extensão reafirmam o compromisso do Centro Universitário FUNVIC com um futuro promissor. Esse futuro está fundamentado em políticas inovadoras e de responsabilidade social, completamente alinhadas com a missão, visão e valores institucionais da instituição.

Os indicadores apresentados no Relato Institucional não apenas demonstram o progresso da instituição, mas também evidenciam a adoção de políticas estratégicas que visam à consolidação das ações institucionais em todos os níveis e áreas de atuação. Esses indicadores são fruto de um planejamento cuidadoso e de uma gestão comprometida com a missão institucional, que busca continuamente alinhar as práticas acadêmicas e administrativas às demandas sociais e ao contexto educacional contemporâneo.

Em suma, o Relato Institucional é um instrumento vital para o alinhamento entre as aspirações da instituição e as exigências de um mundo em constante transformação, garantindo que o Centro Universitário FUNVIC continue a ser um agente de mudança positiva na sociedade. A vivência desse processo como parte integrante da prática educativa contribui para o fortalecimento de uma cultura de autoavaliação e melhoria contínua, fundamentais para a consolidação do Centro Universitário FUNVIC como uma instituição de excelência.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78741-d9235-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 22/07/2019.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm.

BRASIL. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 62, de 09 de outubro de 2014. Definição da Estrutura do Relato Institucional. Brasília: Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n62_relato_institucional.pdf .

BRASIL. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014. Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Brasília: Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/sai/legislacao/arquivos/notatecnica65de2014.pdf.

BRASIL. Portaria nº 574, de 13 de maio de 2011. Publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 16 de maio de 2011.

BRASIL. Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=80201-anexo-4-portaria-normativa-n-23-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192 .

DE-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Pindamonhangaba/SP. 04 de junho de 2024.

SEGUE PORTARIA DE APROVAÇÃO

CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNVIC

Credenciado pela portaria nº. 1.270, de 04/07/2019, D.O.U. nº 128, seção 1, pág. 59, de 05/07/2019

Portaria CONSUNI nº 004/2024

Dispõe sobre aprovação do Relato Institucional do Centro Universitário FUNVIC - UniFUNVIC.

O Conselho Universitário – CONSUNI, por meio de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e considerando a necessidade de adequação e atualização do documento institucional, que foi apreciado e aprovado pelos seus membros, na segunda reunião trimestral do CONSUNI, de acordo com as normativas institucionais do UniFUNVIC e legislações vigentes, resolve:

1º. Aprovar a nova redação para o Relato Institucional do UniFUNVIC.

2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pindamonhangaba/SP, 06 de junho de 2024.

Prof. Luís Otávio Palhari
Presidente do CONSUNI – UniFUNVIC
Reitor do UniFUNVIC